



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

DECISÃO SINGULAR DSF - G.ODJ - 4728/2025

PROCESSO TC/MS	: TC/2157/2025
PROTOCOLO	: 2790815
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM
RESPONSÁVEL	: EDILSON MAGRO
CARGO DO RESPONSÁVEL	: PREFEITO
ASSUNTO	: CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 18/2025
RELATOR	: CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA (PORTARIA TCE/MS N. 204, DE 14 DE MAIO DE 2025)

**CONTROLE PRÉVIO. RESPOSTA À INTIMAÇÃO.
SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES.
REVOGAÇÃO DA LIMINAR. ARQUIVAMENTO.**

Tratam os presentes autos de controle prévio realizado por este Tribunal, por meio de sua equipe técnica, para análise do edital do Pregão Eletrônico n. 18/2025, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Coxim. O objeto do certame é o registro de preços para aquisição de medicamentos da Farmácia Básica (Rename), incluindo medicamentos essenciais, destinados a suprir as necessidades básicas da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Coxim. O valor estimado do certame é de R\$ 1.526.070,00 (um milhão quinhentos e vinte e seis mil e setenta reais), nos termos do art. 150 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018.

Verificados os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, e considerando a análise técnica realizada por esta Corte, foi proferida decisão liminar determinando a suspensão do procedimento licitatório (peça 7).

Regularmente intimado, o jurisdicionado apresentou manifestação nos autos (peças 11 a 15), comprovando a suspensão do certame, apresentando justificativas e requerendo a revogação da medida cautelar, informando que foram promovidos ajustes na pesquisa de preços.

Os autos foram, então, encaminhados à Divisão de Fiscalização de Saúde, que, por meio da Análise ANA-DFSAÚDE-4612/2025 (peça 18), opinou pela revogação da medida liminar, em razão do saneamento das irregularidades anteriormente apontadas na ANA-DFSAÚDE-3661/2025.

Ante o exposto, com fundamento no art. 149, §1º, III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018, **DECIDO REVOGAR A DECISÃO LIMINAR** – DLM - G.ODJ-47/2025, possibilitando a continuidade do Pregão Eletrônico n. 18/2025 (Processo Licitatório n. 102/2025).



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Considerando que o controle prévio cumpriu sua finalidade, nos termos do art. 4º, I, “f”, c/c o art. 152 do RITC/MS, determino a extinção e o consequente arquivamento deste feito.

À Coordenadoria de Atividades Processuais (Unidade de Serviço Cartorial), para as providências cabíveis.

Publique-se.

Intime-se o Prefeito Municipal de Coxim, Sr. Edilson Magro, para ciência desta decisão.

Campo Grande/MS, 27 de junho de 2025.

CONS. SUBS. CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA

(Portaria TCE/MS n. 204/2025, DOE/TCE/MS n. 4047 – Edição Extra)

lmrb/fbr